

Fotografia: ASCOM.



Informativo

Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura”: trajetória, transformações e perspectivas

Glauco Pereira de Medeiros¹



¹ Mestre em Segurança Pública (UFPA); Especialista em Gestão de Segurança Pública (UFPA); Graduado em Direito (FAP/Estácio de Sá); Coronel da Polícia Militar do Pará; Sub comandante da Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura”.

A Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura” (APM), criada pelo Decreto nº 6.784 de 20 de abril de 1990, consolidou-se como referência na formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará. Desde a sua inauguração, a APM adotou o *slogan* “Berço de Comandantes e Líderes”, expressão atribuída pelo seu primeiro comandante, Coronel PM João Paulo Vieira da Silva. Este lema sintetiza a missão institucional de preparar quadros de liderança altamente qualificados para o setor de segurança pública na região amazônica.

Em sua fase inicial, a APM estava instalada no Km 08 da BR-316, no município de Ananindeua, em um edifício que, posteriormente, viria a ser conhecido como “Fontourinha”. Nesse primeiro período, a matriz curricular dos cursos refletia uma formação de caráter essencialmente militarista, fortemente centrada nos pilares da disciplina, da hierarquia e da padronização estrita dos modelos de conduta profissional e pessoal (Passos, 2017).

A relevância da instituição ultrapassou as fronteiras estaduais, demonstrando sua capacidade regional de formação. Ao longo de seus 35 anos de existência, a Academia formou um total de 2.024 oficiais, sendo 1.548 do quadro de combatentes, 376 do quadro de administração e 100 do quadro complementar de saúde. Estados vizinhos, como Amazonas, Amapá, Acre, Roraima, Rondônia, Maranhão, Bahia e Piauí, foram beneficiados pela formação ofertada no Pará, o que, por um período, conferiu à APM o reconhecimento como um polo formador de oficiais da Polícia Militar na Amazônia Legal.

O cenário de redemocratização do país impulsionou novos paradigmas para a educação e segurança pública. A gradual incorporação das diretrizes da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), bem como a posterior formulação da Matriz Curricular Nacional, geraram uma pressão por mudanças significativas na formação policial.

Ainda que, na prática cotidiana, a formação de oficiais continuasse marcada por tensões entre o discurso Oficial (prescrito nas políticas educacionais) e o real vivido na rotina dos cadetes (Passos, 2017), prevalecendo práticas tradicionais e disciplinadoras, o movimento de transformação conduziu à incorporação de conteúdos voltados para a noção de uma polícia mais comunitária e cidadã. Este processo, por vezes contraditório em sua execução, evidenciou a distância existente entre o “ideal” preconizado nas políticas educacionais de segurança e o “real” implementado no ambiente de formação dos cadetes.

Um marco decisivo nesse processo de transformação estrutural foi o deslocamento da APM para o Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP), realizado no final da década de 1990. A criação do IESP representou um projeto de integração das academias das forças de segurança estaduais, buscando promover uma formação interdisciplinar e convergente, ao aproximar as Polícias Militar e Civil, bem como o Corpo de Bombeiros Militar, sob uma mesma lógica pedagógica (Vale, 2018).

Essa mudança de espaço não se limitou a uma adaptação física e administrativa; ela abriu um caminho fundamental para que a formação do oficial recebesse a chancela de Instituição de Ensino Superior (IES). Tal vinculação elevou a formação policial a padrões acadêmicos mais rigorosos, estabelecendo uma condição de maior compatibilidade com as complexas responsabilidades inerentes à atividade policial militar contemporânea. Segundo Vale (2018), as modificações estruturais no curso de formação representaram não apenas alterações pedagógicas, mas também simbólicas, conferindo maior legitimidade social à formação policial.

A integração com o IESP potencializou o desenvolvimento de estudos e doutrinas específicas para o Pará, que servem de base para a formulação de políticas públicas de segurança mais eficazes. A sinergia entre as academias das forças de segurança pública permite a criação de um modelo de resposta integrada a grandes eventos, desastres e operações complexas, uma necessidade crescente no cenário contemporâneo.

A constante evolução social e as novas demandas por uma segurança pública mais próxima da comunidade exigiram que a PMPA passasse a discutir, ativamente, que tipo de policial militar e, em especial, que tipo de oficial pretendia formar e apresentar à sociedade paraense. Com efeito, a estrutura curricular do Curso de Formação de Oficiais (CFO) passou por sucessivas modificações, refletindo essa compreensão ampliada do papel do policial militar, que transcende o aspecto meramente repressivo para incorporar dimensões de prevenção, mediação de conflitos e cidadania. Dentre as principais transformações que fundamentaram a formação do novo perfil de oficial, destacam-se:

- **Elevação do Nível de Ingresso:** A exigência do bacharelado em Direito como requisito obrigatório para o ingresso no CFO, adotada pela primeira vez na turma de 2022-2023, elevou substancialmente o nível de qualificação dos aspirantes. Ao concluir o curso, os oficiais formados não apenas recebem a patente que os habilita ao comando, direção e administração, mas também saem com titulação equivalente a de especialistas.

- **Integração com a Comunidade:** Incentivo à aproximação e ao relacionamento comunitário, promovendo o policiamento de proximidade e maior sinergia com a sociedade civil.

- **Formação Integral e Ética:** Desenvolvimento de competências humanas, éticas e sociais, além das habilidades técnicas e táticas, para formar profissionais mais preparados para atuar em diversos contextos. Os paradigmas formativos passaram a ter como base central a ética e os direitos humanos.

- **Atualização Científica e Tecnológica:** Inclusão de disciplinas que abordam novas tecnologias, inteligência policial e os aspectos psicossociais da segurança pública.

- **Ênfase na Prevenção e Mediação:** Capacitação para atuação na prevenção de ocorrências criminais, na mediação de conflitos e no atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade.

- **Valorização da Carreira:** Formação que valoriza o protagonismo profissional e a ética policial, preparando oficiais para liderar com responsabilidade e compromisso social.

O modelo de formação em nível de IES trouxe consigo a necessidade de uma constante atualização do corpo docente e da infraestrutura de pesquisa. A APM, enquanto unida-

de acadêmica do IESP, passou a fomentar a produção de conhecimento científico na área de Segurança Pública, incentivando a pesquisa e a pós-graduação entre seus instrutores e cadetes. Este foco no academicismo garante que as práticas e doutrinas ensinadas estejam em consonância com as últimas tendências e estudos sobre criminalidade, violência e gestão policial. O desafio reside em equilibrar a rigidez militar necessária à atividade policial com a flexibilidade e o pensamento crítico inerentes ao ambiente universitário.

A formação multidisciplinar implementada, especialmente com a exigência do Bacharelado em Direito para ingresso no CFO a partir de 2022-2023, não apenas aumenta o *status* do oficialato, mas o capacita a lidar com a complexa legislação e jurisprudência que cercam a atuação policial. Um oficial com esta base jurídica é melhor preparado para garantir a legalidade e a legitimidade de suas ações, atuando como um agente de transformação social dentro dos limites do Estado Democrático de Direito.

As perspectivas para a APM “Cel. Fontoura” apontam para uma intensificação do investimento em tecnologia e inovação pedagógica. A inclusão de disciplinas focadas em inteligência artificial, *big data* e gestão de redes sociais no combate ao crime demonstram o compromisso com a modernização. O oficial do futuro deverá ser, além de líder, um gestor de dados e de recursos tecnológicos avançados.

Além disso, a Academia assume um papel cada vez mais relevante na formação continuada dos oficiais já inseridos na Corporação, por meio de cursos de especialização, aperfeiçoamento e altos estudos. Essa profissionalização contínua é fundamental para manter o alto padrão de desempenho e a capacidade de adaptação da PMPA diante de um cenário de segurança pública em constante mutação.

A trajetória da APM “Cel. Fontoura” é um testemunho de processo contínuo de transformação. Se em sua gênese a formação espelhava uma herança militar rígida, a instituição encontra-se, atualmente, em um movimento de adaptação às demandas sociais contemporâneas, buscando um equilíbrio necessário entre a tradição de disciplina e as exigências acadêmicas e profissionais de alto nível.

O percurso de três décadas demonstra que as mudanças institucionais e acadêmicas, apesar de desafiadoras, culminaram em ganhos significativos. A formação de oficiais da PMPA caminhou de um paradigma militarista clássico para um modelo integrado, especializado e acadêmico, apto a preparar lideranças capazes de enfrentar a complexidade da segurança pública no Estado do Pará.

As modificações curriculares refletem um compromisso com a evolução contínua da profissionalização policial, formando oficiais com sensibilidade, ética e cidadania, e reforçando o papel da Polícia Militar como uma instituição de segurança pública democrática, moderna e próxima à sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PASSOS, Sônia da Costa. **Políticas públicas educacionais: a dinâmica entre o ideal e o real: um estudo sociológico sobre o reflexo da formação de oficiais da PMPA no cotidiano operacional, no período de 1998 a 2014.** 2017. 363 f. Tese (Doutorado), UFPA, Belém, 2017.

VALE, Jesiane Calderaro Costa. **Da Academia de Polícia Militar ao IESP: a formação de oficiais da Polícia Militar do Pará (1988 a 2014).** 2018. 369 f. Tese (Doutorado), UFPA, Belém, 2018.